

III Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação - Problemas contemporâneos da  
educação no Brasil e em Portugal: Desafios à pesquisa  
25-27 de Julho de 2012  
Rio de Janeiro, Brasil

O *Cyberbullying* e a Escola: uma análise da situação em Portugal

João Amado [1], Isabel Freire [2], Armanda Matos [3], Cristina Vieira [4], Teresa Pessoa [5].

[1] Universidade de Coimbra: [joaoamado@fpce.uc.pt](mailto:joaoamado@fpce.uc.pt)

[2] Universidade de Lisboa: [isafrei@ie.ul.pt](mailto:isafrei@ie.ul.pt)

[3] Universidade de Coimbra: [armanda@fpce.uc.pt](mailto:armanda@fpce.uc.pt)

[4] Universidade de Coimbra: [vieira@fpce.uc.pt](mailto:vieira@fpce.uc.pt)

[5] Universidade de Coimbra: [tpessoa@fpce.uc.pt](mailto:tpessoa@fpce.uc.pt)

Resumo

A par de um crescente aumento da utilização, condigna e proveitosa, das novas tecnologias da comunicação e da informação nos contextos de ensino e aprendizagem, muitos testemunhos, ampliados pela imprensa escrita e falada, têm vindo a dar notícia de situações muito graves relacionadas com o uso indevido destas tecnologias, por parte de crianças e jovens, com o fim de perseguir e molestar sistematicamente colegas de escola e outros. Trata-se, neste caso, de uma forma indireta de bullying (reforçando ações anteriores desse género, ou sem que haja antecedentes) e que se tem vindo a designar por cyberbullying (Belsey, 2005; Smith et al., 2008).

Nesta comunicação, para além de uma breve caracterização do fenómeno do *cyberbullying* e de uma sucinta revisão acerca da investigação do mesmo em Portugal, traçaremos as linhas gerais do nosso projeto e daremos conta, de forma mais pormenorizada, dos resultados obtidos a partir de um estudo piloto, junto de estudantes dos ensinos básico e secundário, integrante da primeira fase do referido projeto<sup>1</sup>.

Palavras chave: *bullying*, *cyberbullying*, TIC, *internet*

**Introdução**

---

<sup>1</sup> Este projecto foi aprovado pela FCT, registado com o título: *Cyberbullying: Um diagnóstico da Situação em Portugal*, e com a Referência: PTDC/CPE-CED/108563/2008, sendo financiado no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) e participado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER. Integra investigadores das Universidades de Coimbra e de Lisboa e tem como investigador responsável João Amado.

O uso indevido das novas tecnologias da comunicação e da informação, por parte de crianças e jovens, com o fim de perseguir e molestar sistematicamente colegas de escola e outros, tem vindo a designar-se por *cyberbullying*.

A problemática do *bullying* entre crianças e jovens tem sido objecto, em Portugal, tal como noutros países, de grande atenção por parte da opinião pública em geral e de alguns investigadores das áreas das Ciências da Educação, Psicologia e Sociologia. Apesar da grande preocupação causada pela divulgação deste fenómeno, os responsáveis políticos e educativos não possuem uma ideia da dimensão e das diversas facetas do problema e sentem-se um pouco perplexos e desorientados no momento em que urge tomar medidas preventivas. O projeto “*Cyberbullying: Um diagnóstico da Situação em Portugal*” surge no sentido de colmatar essa lacuna, tendo como principal objetivo proceder a um diagnóstico e a uma caracterização do problema, inquirindo crianças e jovens portugueses, de ambos os sexos, acerca da perceção do mesmo e do seu possível envolvimento em tais actos, quer como vítimas, quer como perpetradores.

### **1 - Caracterização do fenómeno do *cyberbullying***

A investigação internacional sobre o fenómeno do *cyberbullying* é relativamente recente. Sem pretendemos elaborar um estado da arte da investigação a nível internacional, consideramos importante construir uma súmula dos principais tópicos presentes nesta pesquisa, o que também nos permitirá avançar com uma caracterização mais precisa do fenómeno e das interrogações que sobre ele vale a pena fazer. Nesse sentido, podemos dizer que investigação os trabalhos já realizados têm vindo a salientar os seguintes aspetos: definição e distinção relativamente ao *bullying* face a face; classificações dos diversos tipos de *cyberbullying*; consequências para a vítima, para o agressor, para o contexto familiar e escolar; motivações dos agressores; a relação entre as duas categorias de *bullying*; as estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas; as atitudes das testemunhas; a legislação nacional e internacional e atribuição de responsabilidades legais; a prevalência dos sujeitos envolvidos, tendo em conta diversas variáveis; estratégias de prevenção e de intervenção sobre os considerados ‘nativos’ e sobre os designados por ‘imigrantes digitais’<sup>2</sup>.

Quanto à definição, *cyberbullying* pode ser entendido como uma nova expressão do *bullying*, que se traduz no envio de mensagens deliberada e intencionalmente agressivas, hostis ou incómodas, mediante a utilização de dispositivos eletrónicos de comunicação (tais como os computadores com acesso à Internet, os telemóveis e os recentíssimos *smartphones*), levado a cabo por um indivíduo ou grupo, de forma repetida, contra uma vítima (Belsey, 2005;

---

<sup>2</sup> Consideram-se ‘nativos digitais’ as crianças e adolescentes que cresceram já com os novos media e ‘imigrantes digitais’ as pessoas, habitualmente das gerações mais velhas, em que isso não aconteceu e que tiveram de se adaptar às novas TIC.

Hernandez Prados *et al.*, 2007; Willard, 2005; Smith *et al.*, 2008; Kowalski, *et al.*; 2008; Matos *et al.*, 2009; Tokunaga, 2010), que terá sempre dificuldade em defender-se (independentemente das suas estratégias de *coping* e das medidas que vier a tomar posteriormente).

Podemos considerar, então, duas grandes categorias de *bullying*: o *bullying* face-a-face ou presencial e o *cyberbullying* ou *bullying* eletrónico. Cada uma destas categorias subdivide-se em diversos subtipos; assim, o *bullying* face a face poderá ser directo (físico e verbal) e indirecto; ao passo que o *cyberbullying* poderá adquirir diferentes formas, consoante o meio de comunicação usado ou a natureza dessa mesma comunicação.

Embora saibamos que, nas suas consequências e motivações, qualquer uma das categorias de *bullying* é semelhante, tem havido um esforço para estabelecer algumas diferenças. Estas prendem-se a aspetos como: a repetição dos atos, o desequilíbrio de poderes, o anonimato e o facto de não haver fronteiras físicas ou temporais para a prática do *cyberbullying* (Belsey, 2005; Morais, 2007; Amado *et al.* 2009; Guckin *et al.*, 2012).

A repetição dos atos agressivos é fundamental para podermos distinguir o *bullying* de brincadeiras rudes e de atos a-sociais momentâneos e esporádicos (Olweus, 1993, Amado, 2010), mas no caso do *cyberbullying* esta questão torna-se mais complexa, pois teremos de ter em conta não só o número de vezes em que a mensagem é repetidamente enviada, como a frequência com que é exibida e visionada, até independentemente da vontade de quem a enviou inicialmente e é seu autor (Slonje & Smith, 2008; Guckin *et al.*, 2012).

Também o desequilíbrio de poderes entre vítima e agressor é fundamental para caracterizarmos como *bullying* um ato agressivo (Olweus, 1993). Mas, no caso do *cyberbullying*, este desequilíbrio tanto pode decorrer das maiores competências tecnológicas do agressor (Vandebosch & Cleemput, 2009; Matos *et al.*, 2009) «como da eventual utilização de pseudónimos por parte deste. O desequilíbrio de poder pode dever-se ao facto de a vítima não conhecer o agressor e de não poder, por isso, situar a pessoa em causa ou defender-se dos seus ataques» (McGuckin *et al.*, 2012). Há ainda outras diferenças importantes entre o *bullying* presencial e o *cyberbullying*. Uma delas é o fácil anonimato do agressor, que esconde ou dissimula a sua identidade por detrás dos meios utilizados. Esta situação gera sentimentos de impunidade no agressor e intensifica a vulnerabilidade na vítima (Morais, 2007; Matos *et al.*, 2009; Sá, 2012; McGuckin *et al.*, 2012). Além disso, pode dizer-se que no *cyberbullying* se transcendem as fronteiras do espaço físico e do tempo, quer para a vitimação, quer para a agressão; e que o número de espectadores pode ser indeterminado e multiplicar-se numa série imparável (O'Moore & Minton, 2009). Persiste, ainda outra diferença, no que respeita à dificuldade de defesa da vítima, e que decorre em boa medida da característica do anonimato, da prática à distância, do efeito de surpresa, etc., o que dificulta ou impossibilita uma imediata reação de qualquer vítima (Sonje & Smith, 2008; Willard, 2005). Enfim, tendo em conta todos estes aspetos, pode dizer-se com Morais (2007) que os atos de *cyberbullying* «devido à

persistência, pesquisabilidade e replicabilidade dos conteúdos e invisibilidade das audiências, na Internet adquirem uma dimensão imparável e desproporcional».

É usual classificar os diferentes tipos de *cyberbullying* tendo em conta os meios usados, tais como: SMS, MMS, telefone/telemóvel, correio eletrónico, salas de conversação, mensagens instantâneas, sítios da Web, etc. (Smith *et al.*, 2008; McGuckin *et al.*, 2012). Trata-se de meios tão variados como as novas tecnologias da comunicação e estão sujeitos aos mesmos tipos de transformação e de evolução. Outra perspetiva de classificação do *cyberbullying* é a que tem em conta o tipo de comportamento agressivo/comunicação em causa; nesse caso podemos falar de formas, como: manifestar ódio, assédio, denigração, usurpação de identidade, indiscrição, aliciamento, exclusão, ciber-perseguição, insulto, impostura, etc. (Willard, 2005; McGuckin *et al.*, 2012). Tanto os meios como os tipos de comportamento são, igualmente, objeto de curiosidade científica, não só com o propósito de os classificar, mas também para determinar a prevalência de uns e de outros.

No que concerne às consequências, a investigação tem demonstrado a existência de grande sofrimento nas vítimas, provocando nelas baixa autoestima, sentimentos de frustração, tristeza, depressão, incapacidade de concentração no estudo e de relacionamento com os outros, tendência para a automutilação e ideação suicidária (Beran & Li, 2007; Corcoran *et al.*, 2008; Hinduja & Patchin, 2010; McGuckin *et al.*, 2012). Todos estes efeitos vão fazer sentir-se a longo prazo correlacionando-se os casos mais graves com uma saúde mental débil e com dificuldades de integração social (Tokunaga, 2010). No entanto, como os meios e os tipos de comunicação abusiva são muito diferentes, para além de outras condicionantes, reconhece-se que a intensidade dos efeitos pode ser muito variável (Smith *et al.*, 2008). Um estudo de Ybarra, Diener-West e Leaf (2007), baseado num questionário a 1588 jovens sul-africanos com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, apresenta resultados assustadores em relação ao impacto do *cyberbullying*: os jovens que foram assediados *online* tinham uma probabilidade maior de usar álcool ou outras drogas e de receberem castigos escolares, suspensões ou sofrimentos emocionais, do que os que não foram intimidados. Há também efeitos graves sobre o agressor, salientando-se os problemas de relacionamento afetivo, as dificuldades de autocontrolo e respetivas consequências no rendimento escolar, tal como se tem verificado no *bullying* presencial (e.g., Seixas, 2006). O *cyberbullying* afecta, ainda, intensamente o clima de boa convivência e colaboração que deve reinar nas escolas, colocando em risco a saúde mental das crianças e dos jovens e pondo em causa os direitos fundamentais dos cidadãos.

No que respeita às causas e motivações dos agressores, sabe-se que as há de carácter individual, como perturbações emocionais e mentais, ausência de empatia e de outras competências pessoais e sociais (Steffgen & König, 2009; Almeida *et al.*, 2008; Demetrovics *et al.*, 2008). O desejo de vingança (por exemplo, relacionada com a vitimação direta e, até, com questões amorosas) está frequentemente presente, mas também é possível que alguns destes atos

sejam praticados por mero um prazer gratuito (Pinheiro, 2009). Mas há, também, causas relacionadas com ambientes sociais e, sobretudo, com os estilos de vida familiar e com os estilos de autoridade parental (falta de supervisão, exemplos de comportamento desviante, maus tratos em família, etc.) (McGuckin *et al.*, 2012). A escola e o seu clima social e disciplinar, enquanto espaço onde hoje as crianças e jovens passam boa parte do seu tempo, também não está isenta de culpas se nela se verificar, por exemplo, falta de regras quanto ao uso das novas tecnologias da comunicação, falta de incentivos a práticas saudáveis de convivência, etc. (Hinduja & Patchin, 2008; Steffgen & König, 2009; Ybarra *et al.*, 2007; Souza, 2011).

Parece existir uma forte relação entre o *bullying* e o *cyberbullying* no que respeita aos tipos de sujeitos envolvidos, ou seja, uma criança que seja vitimizada na escola terá também maior probabilidade de ser vitimizada *online* (Willard, 2005; Beran & Li, 2007; Ortega, Calmaestra & Mora-Merchán, 2009; Amado, 2009). Segundo O'Moore e Minton (2001), mais de dois terços das ciber-vítimas foram vítimas do *bullying* presencial e a mesma proporção de ciber-agressores também foram agressores presenciais. Sabe-se também que muitos agressores agem desse modo através das TIC, por terem sido vítimas de *bullying* face a face, invertendo, assim os papéis (Willard, 2005; Pinheiro, 2009; Campos, 2009). Por estas razões, pode concluir-se que a transição entre uma categoria e outra do *bullying* é muito fluida (McGuckin *et al.*, 2012).

As estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas (*on line* ou *offline*), para lidarem com o problema, constituem outra das dimensões importantes da pesquisa (Souza, 2011). Algumas investigações apontam para diversos tipos de resposta reativa e preventiva (Parris *et al.*, 2011, referido in McGuckin *et al.*, 2012). A primeira pode ser dividida em quatro sub-categorias: prevenção, aceitação, justificação e busca de suporte social. O *coping* preventivo incluiu também dois sub-tipos: discussão direta do tema, e aumento da segurança e da consciência do problema. Vale a pena ainda referir outra linha de investigação: a relativa aos diferentes tipos de comportamento das testemunhas, que vão desde comportamentos de apoio e reforço ao agressor à ajuda solidária à vítima (e.g., Li, 2010).

A legislação nacional e internacional e a atribuição de responsabilidades legais é outro dos temas importantes. Reconhece-se que internacionalmente há países onde a legislação directa sobre o *cyberbullying* não existe ainda (como é o caso de Portugal); mas a maioria dos atos de *cyberbullying* pode ficar sobre a alçada de outro tipo de legislação, relativa, por exemplo, ao cibercrime (A Lei do Cibercrime - Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro, tem como objeto todos os crimes que envolvam os sistemas informáticos), à protecção dos direitos de autor e ao direito à integridade da própria imagem (Matos *et al.*, 2009; Brito, 2011).

Diversas investigações procuraram apurar o número de crianças e adolescentes envolvidos no *cyberbullying*, quer como vítimas, quer como agressores. No estudo internacional realizado pelo projeto EU Kids Online (Livingstone *et al.*, 2011), em que foram inquiridas

25.142 crianças, 6% delas afirma ter sido vítima de *cyberbullying* (ao passo que 13% considera ter sido vítima de *bullying* presencial). As conclusões acerca da prevalência diferem muito de estudo para estudo, talvez devido à diversidade de metodologias, instrumentos, critérios de análise e conceitos implicados em cada um deles, embora na maioria ronde os 10% (Vandebosch, Cleemput & Van, 2009; O'Moore & Minton, 2009). Os dados quantitativos relativos à idade dos envolvidos apontam para uma prevalência maior entre os 12 e os 14 anos (Tokunaga, 2010; Livingstone et al., 2011); quanto ao sexo, os dados são contraditórios (O'Moore & Minton, 2009; Ortega, Calmaestra & Mora-Merchán, 2008).

Quanto às estratégias de formação, os projetos científicos realizados com nativos digitais apontam para a importância do diagnóstico (modos como lidam com o problema as crianças e jovens em causa, reconhecimento dos seus receios e dúvidas, etc.) e para o seu envolvimento ativo na planificação, concretização e avaliação de estratégias de intervenção (Cowie & Colliety, 2010).

A investigação relativa à formação de imigrantes digitais, como professores e pais, conclui também pela importância do diagnóstico e do envolvimento de formandos e formadores (O'Moore, McGuckin & Crowlei, 2010; Viego *et al.*, 2010). Os projetos neste sentido, quando não se ficam pelo diagnóstico do grau de consciência destes sujeitos sobre o problema, das suas preocupações e necessidades de formação, partem para um delinear e um pôr em marcha de ações que visem colmatar as carências detetadas, sempre submetidas a processos científicos de avaliação. Os estudos incidentes na formação de pais, no que respeita ao diagnóstico, têm salientado a existência de uma associação entre relações difíceis entre pais e filhas e má comunicação entre pais e filhos e a maior frequência no envolvimento em amizades íntimas *online*, que se revelam passíveis de deixar os adolescentes expostos a uma eventual exploração (McGuckin *et al.*, 2012). Os autores acabados de mencionar citam um estudo de Mesh (2009), que revelou que o acompanhamento dos pais, em especial monitorizando o acesso e uso que o seu filho faz das TIC, constitui uma proteção eficaz contra o *cyberbullying*. A criação de um clima relacional de abertura e confiança entre pais e filhos é fundamental para que os procedimentos sejam realmente eficazes e protetores.

## **2 - A investigação do *cyberbullying* em Portugal**

Em Portugal, a questão do *cyberbullying* começou a ser um objeto de preocupações entre pais, políticos, professores e agentes de segurança, que se tem refletido em algumas iniciativas oficiais e particulares com impacto na população, como por exemplo, os *sites* da *Internet Segura*, da Associação de Apoio à Vítima (APAV), os *Miúdos Seguros na Net*. No que respeita à investigação académica, referenciam-se diversas teses de Mestrado e de Doutoramento.

Ainda sobre uma temática paralela, que é a da segurança na Net, deve invocar-se a tese de mestrado de Castro (2008), com um título sugestivo "*Quando as teclas falam, as palavras*

*permanecem em silêncio*", de onde se extrai a conclusão de que, à época, o controlo parental sobre o uso do telemóvel ou do *messenger* era quase inexistente. Também Pinheiro (2009) defendeu uma tese intitulada «*Cyberbullying em Portugal: uma perspectiva sociológica*», apresentada à Universidade do Minho, e direcionada para uma população universitária (43 indivíduos). No mesmo ano, Campos (2009) defendeu, no ISCTE – Lisboa, a tese: «*O Cyberbullying: Natureza e ocorrência em contexto português*», questionando uma população 115 alunos do 5º e 12º ano.

Já em 2011, Ana Catarina Cruz direccionou parte da sua pesquisa para o tratamento que ao tema é dado pela comunicação social, entrevistando diversas jornalistas e tentando captar as suas representações sobre o tema. Para além deste aspeto, bastante original, inquiriu ainda uma amostra de 205 jovens no sentido de estudar o que pensam sobre o problema. Ainda nesse ano, Ventura (2011) apresentou, na Universidade de Granada, uma tese de doutoramento, intitulada «*Incidência e impacto do cyberbullying nos alunos do terceiro ciclo do ensino básico português*». Neste estudo foi aplicado um questionário, enviado *online*, ao qual responderam cerca de 900 alunos. Por se tratar da amostra mais significativa dos vários estudos, registamos o principal dado sobre o fenómeno: “a prevalência do *cyberbullying* nos alunos do terceiro ciclo do ensino público português em 2010 é de 19,5%, o que corresponde a um quinto da população estudantil com idades compreendidas entre os onze e os dezassete anos” (p. 221). Nesta investigação, destaca-se ainda o facto de as taxas de incidência de *cyberbullying* serem mais elevadas nos distritos do litoral nacional e de maior densidade populacional, exceto a cidade do Porto.

No estudo de Pereira (2011), intitulado «*Cyberbullying – O pensamento dos professores*», damos conta de uma nova direção destes estudos. Com efeito, nesse sentido, com base na aplicação de um questionário (adaptado de um original canadiano – Li, 2008 – e aplicado igualmente na Turquia – Yilmaz, 2010), junto de uma amostra de 100 professores, a investigadora em questão procura fazer uma abordagem exploratória da representação que os mesmos fazem do problema e do modo como eles consideram que deve ser prevenido e remediado nas escolas. Nesta sequência, verificaram-se algumas diferenças na perceção dos professores em função do sexo, da idade e do grupo disciplinar; também se encontraram diferenças análogas entre os três países onde foram aplicadas versões semelhantes do questionário.

Souza (2011) retoma a linha de estudo com estudantes universitários, aplicando um questionário a 118 estudantes do primeiro ano de Psicologia (UL). Dado tratar-se de alunos com capacidade para uma análise retrospectiva do problema vivenciado ou testemunhado na adolescência, este estudo oferece um conjunto de dados importantes em torno dos impactos negativos e das estratégias de *coping*, acentuando a importância da ajuda e da monitorização da iniciativa de pais e de professores. Chama também a atenção para o facto de este problema

continuar a verificar-se mesmo entre estudantes do ensino superior, exigindo também das instituições universitárias alguma atenção ao problema.

Independentemente dos estudos motivados pela obtenção de graus académicos, surgem outras pesquisas em Portugal, algumas delas ligadas a grandes projetos internacionais. É o caso do estudo de Almeida e colaboradores (2008), apresentado em diversos encontros internacionais, e em que se procura «identificar em que medida o recurso a estas práticas está relacionado com padrões de empatia e descomprometimento moral em agressores, vítimas e observadores, numa amostra de adolescentes portugueses» (p. 134). No âmbito das pesquisas internacionais destaca-se, sobretudo, o projecto *EU Kids Online* (2006-2009), financiado pelo Programa *Safer Internet* da Comissão Europeia. No seu âmbito foram entrevistadas 25.142 crianças, com idades entre os 9 e 16 anos, utilizadores da *Internet*, e um dos seus pais, em 25 países europeus, incluindo Portugal (Livingstone et al., 2011). Este estudo mostra que as crianças utilizam a *Internet* no seu dia-a-dia e que começam a utilizá-la em idades cada vez mais novas, sendo mais utilizada em casa (87%), seguindo-se a escola (63%). Outro dado importante é o facto de que a *Internet* se tornou um fenómeno privado para a maioria das crianças europeias, uma vez que acedem aos seus conteúdos maioritariamente a partir dos seus quartos (49%), em detrimento de outros lugares da casa. O *bullying online* através de mensagens desagradáveis ou prejudiciais é um risco raro; 6% das crianças já receberam mensagens desagradáveis e 3% enviaram esse tipo de mensagens; metade das crianças que receberam esse tipo de mensagens ficou bastante ou muito incomodada. Note-se a discrepância, por exemplo, com os números acima referidos obtidos por Ventura (2011).

No estudo de Pereira (2011), reconhece-se que «a tendência em Portugal é que as crianças e jovens tenham o acesso à *Internet* cada vez mais facilitado, em casa, na escola ou através dos dispositivos móveis, como o telemóvel. Assim, é de extrema importância monitorizar os comportamentos dos nossos jovens e averiguar a incidência do *cyberbullying*» (p. 17). Centrados numa preocupação por aliar conhecimento e intervenção, destacamos ainda dois projetos internacionais com participação de autores portugueses (alguns signatários deste texto) e liderados por Thomas Jaeger, da Universidade de Landau: o projeto *CyberTraining: A research-based training manual on cyberbullying* e o projeto *CyberTraining-4-Parents (CT4P)*. O primeiro desenvolveu-se entre 2008 e 2010, e teve como principal objetivo desenvolver, através de uma pesquisa internacional, um Manual de Formação para Formadores baseado na investigação e na prática. Para além de vários outros textos entretanto produzidos durante o processo, o manual foi publicado *online*, nas várias línguas dos parceiros (Jaeger, 2010; <http://www.cybertraining-project.org/book/>). O projeto *CyberTraining-4-Parents (CT4P)*, ainda em desenvolvimento, tem por objetivo desenvolver e fornecer cursos de formação, presenciais e *online* (monitorizados e auto dirigidos) sobre como lidar com o *cyberbullying*, devendo igualmente ter como produto um manual para formação de pais.



### 3 - O Projeto: *Cyberbullying – Um diagnóstico da situação em Portugal*

Embora, como vimos atrás, a problemática já tenha começado a ser objeto de alguma investigação em Portugal, sentimos falta de um estudo realizado em grande escala e que nos possa dar uma ideia realista do problema. Em busca desta caracterização geral, formulou-se um conjunto de interrogações específicas, relacionadas com a utilização das TIC, que não só permitisse compreender o fenómeno do *cyberbullying*, como também possibilitasse a construção faseada de um instrumento válido de pesquisa. De entre essas interrogações destacamos as seguintes:

- a) Qual a prevalência do problema tendo em conta a idade, o sexo, o ano de escolaridade e a zona de residência (urbana, suburbana)?
- b) Como se caracterizam, tendo em conta a questão anterior, os respondentes que se consideram vítimas ou agressores?
- c) Quais são as estratégias utilizadas pelos que se consideram vítimas, para lidar com o problema?
- d) Como pode caracterizar-se o fenómeno, tendo em conta as diversas ferramentas de comunicação/ TIC utilizadas?
- e) Quais são as estratégias utilizadas pelos agressores?
- f) Quais são as consequências percebidas, do ponto de vista dos respondentes (eventuais vítimas ou agressores)?

O desenvolvimento do projeto tem sido feito, como planeado, por diversas fases, salientando-se nesta comunicação, alguns dados e conclusões obtidos com a aplicação de um questionário, semi-aberto, construído pela equipa e aplicado a uma amostra de 339 estudantes do sexo masculino (168) e feminino (171), dos 6º, 8º e 11º anos de escolaridade, de sete escolas das zonas de Coimbra e de Lisboa, depois das necessárias autorizações da tutela (MEC), das direções das escolas e das famílias.

A caracterização da amostra estudada, segundo o sexo e o ano de escolaridade dos alunos, é a seguinte (Quadro 1).

**Quadro 1.** *Caracterização da amostra segundo o sexo e o ano de escolaridade*

	Mas - 168	Fem - 171	Total - 339
6ºano	18,0%	17,7%	35,7%
8ºano	21,3%	18,0%	39,2%
11ºano	10,3%	14,7%	25,1%
Total	49,6%	50,4%	100%

Estes dados e todas as condicionantes identificadas na aplicação e análise deste questionário-piloto serviram de base à construção de um instrumento definitivo, que se encontra de momento em fase de aplicação, a nível nacional. O questionário foi estruturado no sentido de recolher informação junto de eventuais vítimas e agressores e/ou observadores/testemunhas, o que permitiu (e permitirá) não só contribuir com resultados sobre a prevalência do fenómeno, bem como caracterizá-lo na sua dimensão qualitativa (manifestações de agressão e de vitimação; sentimentos e atitudes; crenças acerca dos agentes e acções de apoio às vítimas). No presente trabalho apresentamos os resultados relativos à prevalência do fenómeno nesta amostra e às manifestações do mesmo, reveladas pelos inquiridos que se consideram vítimas e agressores de cyberbullying.

Questionados se já alguma vez tinham sido vítimas, 53 (14,6%) responderam que sim; ao passo que 284 (83,8%) responderam que não (2 omissos). Trata-se, portanto, de um número ligeiramente superior aos 10% que alguns estudos consideram ser a média europeia (McGuckin et al., 2012), embora, como já referimos, outros estudos revelem níveis bastante mais elevados, como é o caso de Ventura (2011), que encontrou uma taxa de incidência na vitimação de 19,5% para alunos do terceiro ciclo do ensino básico. Ao procurarmos as diferenças segundo o sexo, verificou-se que, de entre as vítimas, 17,4% são rapazes e 14,1% raparigas. Estas diferenças não são estatisticamente significativas ( $X^2 = .67$ ;  $p > .05$ ), o que vem ao encontro de alguns estudos sobre o *bullying* presencial, que mostram uma tendência para uma aproximação entre os sexos no que respeita à dimensão quantitativa do fenómeno.

O ano de escolaridade não ofereceu diferenças estatisticamente significativas no que respeita à vitimação. Contudo, ainda assim, verificou-se que apenas 10% das vítimas eram do 6º ano (12 anos de idade, em média), ao passo que no 8º (14 anos) a taxa subiu para os 20%, para decrescer no 11º ano (16/17 anos). Estes resultados parecem estar de acordo com os de outros estudos que apontam para uma intensificação das práticas de *bullying* presencial e de *cyberbullying* a partir do quinto ano de escolaridade, sofrendo um pico no oitavo ano, para decrescerem nos anos subsequentes (Williams e Guerra, 2007; Ventura, 2011).

Questionados sobre se sabem quem foi o agressor, 38 responderem que sim e 13 que não. De entre os agressores, 51,7% eram rapazes e 19,4% eram raparigas; por outro lado, 51% eram colegas da escola, contra 39,6% que o não eram. Parece, pois, salientar-se também no nosso estudo, tal como em outra investigação (Wolak et al., 2007) que, apesar da importância do anonimato neste tipo de comportamentos, as vítimas e os agressores interagem mais com conhecidos do que com desconhecidos.

No que respeita aos meios mais usados para vitimizar ( $n=53$ ), verifica-se que as mensagens instantâneas são mais frequentes, seguidas dos SMS e dos Websites. As chamadas telefónicas são também muito frequentes (15,1%). Refira-se que este é um dos aspetos que

mais sofre variações em função do momento da investigação, dada a rápida evolução das novas tecnologias.

Também os tipos de *cyberbullying*, tendo em conta a natureza dos comportamentos, merecem a nossa atenção no quadro seguinte (Quadro 2).

**Quadro 2.** *Tipos de cyberbullying detectados*

Tipos de cyberbullying (Willard, 2007)	Frequências	Percentagens
Discussão acesa (Flaming)	0	0.0%
Insultar	17	35.42%
Denigração	6	12.5%
Usurpação identidade	1	2.08%
Revelar segredos	2	4.16%
Trickery	0	0.0%
Exclusão	0	0%
Ciberperseguição	14	29.17%
Respostas pouco claras	8	16.67%
Total	48	100%

Da análise das respostas, sobressai o insulto (35,42%), com o envio repetido mensagens maldosas e insultuosas, a ciberperseguição (29,17%) na forma de assédio, incluindo ameaças, e a denigração (12,5%). Há também um elevado número de respostas pouco claras (16,67%). Outras formas de *cyberbullying* também foram registadas, ainda que em menor número. Assim, verificou-se em 2 casos a divulgação de informação sensível, privada ou embaraçosa, (*Outing*); bem como há o registo de um caso de usurpação de identidade para ameaçar “um amigo”.

A segunda parte do questionário procura ver a outra face da moeda, ou seja, saber se o aluno já foi alguma vez agressor. Responderam que sim 32 (9,4%) alunos, ao passo que 302 (89,1%) responderam que não (5 omissos). No que respeita ao sexo dos agressores, aqui as diferenças surgem como estatisticamente significativas ( $X^2 = 6.87$ ;  $p = .009$ ); na realidade, 13,9% dos agressores são rapazes, ao passo que a percentagem de raparigas agressoras é de 5,4%. A vítima, neste caso, foi maioritariamente do sexo masculino (94,1%). Quanto ao facto de a vítima ser ou não colega da escola, os dados apontam para uma resposta afirmativa em 46,9% dos casos contra 50% num sentido negativo. Há, portanto, neste aspecto particular, alguma inversão no que pode concluir relativamente à questão da vitimação. Já quanto aos meios mais usados verifica-se um maior acordo entre as duas questões anteriores; também aqui foram predominantes as mensagens instantâneas (40,6%), seguidas dos SMS (45,5%) e dos Websites (39,6%). De imediato vêm os *e-mails* (14,9%) e as chamadas telefónicas (7%).

No Quadro 3 damos conta dos tipos de *cyberbullying* praticados.

**Quadro 3.** *Tipos de cyberbullying praticados*

Tipos de cyberbullying (Willard, 2007)	Frequências	Percentagens
Discussão acesa (Flaming)	10	10.31%
Insultar	12	12.37%
Denegrição	9	9.28%
Usurpação identidade	11	11.34%
Revelar segredos	14	14.43%
Trickery	5	5.15%
Exclusão	0	0%
Ciberperseguição	17	17.53%
Respostas pouco claras	19	19.59%
Total	97	100%

Nota-se, neste caso que prevaleceu a ciberperseguição (n=17; 17,53%), seguida do revelar segredos (n=14;14,43%), do insulto (n=12;12,37%) e da usurpação da identidade (n=11; 11,34%).

Questionados, ainda, se em seu entender, as vítimas foram culpadas por se tornarem alvo de *cyberbullying*, responderam “sim” 33,33% dos alunos, contra 66,66% que discordaram (n=105), o que pode indiciar alguma ligação entre ciberagressão e vitimação sob a forma de *bullying* presencial . Quanto à ajuda possível às vítimas, 55, 8% respondeu ter feito “alguma coisa”, contra 44,2% que diz “não” (n=104).

A fim de darmos um leve retrato das situações de agressão e vitimação relatadas pelos participantes nesta fase do estudo, seleccionámos alguns exemplos das respostas abertas:

- Colocaram fotografias de pessoas obesas com a cara de um familiar meu;
- Ele ligou para uma pessoa a dizer que ela era feia, que a ia matar e que ela estava a ser perseguida;
- Ligaram a raparigas para persuadi-las a ter relações sexuais
- Três colegas insultaram uma colega através de SMS, Facebook, Mensager
- Estavam a disputar um rapaz e ofenderam-se uma à outra
- Humilharam a pessoa para não serem mais provocados

## Conclusão

A par dos benefícios incríveis que a *netGen* usufrui com o uso das novas TIC, existe cada vez maior consciência dos perigos que daí advêm. O *cyberbullying* é um desses riscos, para o qual os educadores e investigadores têm vindo a direccionar a sua atenção.

A pesquisa sobre o tema é bastante recente, e pode dizer-se que em Portugal o desenvolvimento da investigação tem seguido de perto o que está a fazer-se a nível internacional. No presente texto trouxemos uma revisão alargada da literatura portuguesa e internacional sobre o tema e alguns resultados de uma etapa do projeto de investigação «*Cyberbullying – um diagnóstico da situação em Portugal*». Os dados até agora obtidos revelam, mais uma vez, que existem jovens nas nossas escolas que se envolvem, como vítimas

ou como agressores, em situações em que o uso das novas tecnologias é feito com intenção de causar repetidamente sofrimento a outrem. Neste sentido, toda a investigação, tal como o bom senso dos diferentes agentes educativos, apontam para a necessidade imperiosa de sensibilização de todo e qualquer cidadão, das famílias e da comunidade em geral para esta problemática (Hinduja & Patchin, 2010).

Um outro aspeto que se destaca é uma aparente tendência de aproximação da prevalência do fenómeno em ambos os sexos, como estudos mais recentes sobre o *bullying* presencial já apontaram, e como parece ser expectável, dada a cada vez maior coincidência de certos comportamentos de género, nos dois sexos, nas sociedades atuais. Os dados apontam ainda para um reforço da ideia de que o *cyberbullying* está de algum modo associado ao *bullying* presencial, o que aponta para a necessidade de as escolas e os educadores se mobilizarem no sentido de equacionarem e desenvolverem estratégias de acção concertadas e integradas, sempre apoiadas em bons diagnósticos.

Enfim, podemos concluir que se torna fundamental a continuação do desenvolvimento de estudos que contribuam para aprofundar o conhecimento em torno desta problemática, e que proporcionem apoio empírico à elaboração de recursos e à formação dos profissionais que trabalham em diferentes contextos educativos/formativos (escolas, instituições sociais, famílias, etc.), com o objetivo de prevenir ou combater este fenómeno.

## **Bibliografia**

- Almeida, A., Correia, I., Esteves, C., Gomes, S., Garcia, D. & Marinho, S. (2008). Espaços virtuais para maus tratos reais: as práticas de cyberbullying numa amostra de adolescentes portugueses. In R. Astor, E. Debarbieux & C. Neto (Ed), *Abstracts of 4th World Conference – Violence in school and public policies* (p. 134). Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana
- Amado, J., Matos, A., Pessoa, T., Jäger, T. (2009). Cyberbullying: um desafio à investigação e à formação. *Interacções*, 13, 301-326 (Revista da Escola Superior de Educação-Santarém). ISSN 1646-2335. Acessível em <http://nonio.eses.pt/interaccoes/>
- Amado, J. (2010). *Da indisciplina escolar ao cyberbullying*. Universidade de Coimbra: Portal do UC\_D
- Amado, J., Matos, A., & Pessoa, T. (2010). Cyberbullying: The situation in Portugal. In J. A. Mora-Merchán, & T. Jäger (Eds.), *Cyberbullying: A cross-national comparison* (pp. 131-145). Landau: Verlag Empirische Pädagogik.
- Belsey, B. (2005). *Cyberbullying: An emerging threat to the always on generation*. Consultado a 18/6/2009 em: <http://www.cyberbullying.ca>
- Beran, T., & Li, Q. (2007). The relationship between Cyberbullying and School Bullying. *Journal of Student Wellbeing*, 1(2), 15-33.

- Brito, R. G. G. (2011). *Aplicabilidade das normas penais nas condutas ilícitas de cyberbullying cometidas em redes sociais na internet*. Consultado a 1/6/2012 em <http://www.jurisway.org.br/>
- Campos, M. (2009). *Cyberbullying. Natureza e Ocorrência em Contexto Português*. (Tese de Mestrado não publicada). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Castro, T. (2010). Quando as teclam falam, as palavras calam. (Tese de Mestrado). Universidade do Minho. Consultada a 21 /6/2012, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8857/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%E2%80%93Teresa%20Castro.pdf>
- Corcoran, L., I. Connolly, and M. O'Moore (2008). *Cyberbullying: a new dimension to an old problem*, in *Psychological Society of Ireland Annual Conference*. The Mount Wolseley Hotel, Tullow, County Carlow, Ireland.
- Cowie, H. & Colliety, P. (2010). Prevenir e combater o cyberbullying. In [Jäger](#), Thomas (Ed). *Agir contra o cyberbullying – Manual de Formação*. Landau: Verlag Empirische Padagogik. Capítulo de livro estrangeiro (CLE). Acessível em [http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT\\_howtouse\\_pt.pdf](http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT_howtouse_pt.pdf)
- Cruz, A. (2011). O Cyberbullying no contexto português. (Tese de Mestrado não publicada). : Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.<http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/disserta%C3%A7ao%20mestrado%20cyberbullying.pdf>
- Demetrovics, Z., Szeredi, B. & Rózsa, R. (2008). The three-factor model of Internet addiction: The development of the Problematic Internet Use Questionnaire. *Behavior Research Methods*, 40 (2), 563-574. (Consultado a 28/8/2009 em <http://brm.psychonomic-journals.org/content/40/2/563.refs>).
- Hernández Prados, M. Á. & Solano Fernandez, I. (2007). Ciberbullying, un problema de acoso escolar. *RIED*,. 10, 1, 17-36.
- Hinduja, S. & J. Patchin (2010). Bullying, cyberbullying, and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14, 206-221.
- Hinduja, S. & Patchin, J. W. (2008). Cyberbullying: An Exploratory analysis of factors related to offending and victimization. *Deviant Behavior*, 29, 2, 129-156.
- [Jäger](#), T. (2010, Ed). *Agir contra o cyberbullying – Manual de Formação*. Landau: Verlag Empirische Padagogik. Capítulo de livro estrangeiro (CLE). Acessível em [http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT\\_howtouse\\_pt.pdf](http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT_howtouse_pt.pdf)
- Kowalski, R., Limber, S. & Agaston, P. (2008). *Cyber Bullying*. Malkden and London: Blackwell Publishing.

- Li, Q. (2010). Cyberbullying in high schools: A study of students' behaviour and beliefs about this new phenomenon. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 19(4), 372-392.
- Livingstone, S., et al. (2011). *Risks and safety on the internet: The perspective of European children. Full Findings*. LSE, London: EU Kids Online.
- Matos, A., Pessoa, T., Amado, J., Jäger, T. (2009). *Cyberbullying: o desenvolvimento de um manual para formadores*. Comunicação apresentada na Conferência Nacional EU Kids Online Portugal. Universidade Nova de Lisboa, 3 de Julho. Publicado em Acta Digital, pp. 16-33, Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/LivroActas.pdf>
- McGuckin, C., Corcoran, L., Crowley, N., O'Moore, M., Calmaestra, J., Rey, R., Ortega, R. & Mora-Merchán, J. (2012). Introdução ao cyberbullying. In T. Jäger (Org). *CyberTraining 4 Parents* (No prelo).
- Morais, T. (2007). Bullying e cyberbullying: As diferenças. Consultado a 7/6/2012, em <http://www.miudossegurosna.net/artigos/2007-09-11.html>
- O' Moore, M., (2010). *Understanding school bullying: A guide for parents and teachers*. Dublin: Veritas.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: what we know and what we can do*. Cambridge, MA: Blackwell.
- O'Moore, M, McGuckinn, C. & Crowlei, N. (2010). Trabalhar com pais. In Jäger, T. (Ed). *Agir contra o cyberbullying – Manual de Formação*. Landau: Verlag Empirische Padagogik. Capítulo de livro estrangeiro (CLE). Acessível em [http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT\\_howtouse\\_pt.pdf](http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT_howtouse_pt.pdf)
- O'Moore, M. & S. J. Minton (2009). Cyber-Bullying: The Irish Experience, in C. Q. S. Tawse (ed.), *Handbook of Aggressive Behaviour Research* (pp. 269-292). New York: Nova Science Publishers, Inc..
- Ortega, R., Calmaestra, J & Mora-Merchán, J. (2008). Cyberbullying. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 8(2), 183-192.
- Pereira, S. (2011). *Cyberbullying: O pensamento dos Professores* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Pinheiro, L. O. (2009). *Cyberbullying em Portugal: uma perspectiva sociológica*. (Tese de Mestrado não publicada). Braga: Universidade do Minho..
- Price M. & Dalglish, J. (2010). Cyberbullying: experiences, impacts and coping strategies as described by Australian young people. *Youth Studies Australia*, 29 (2), 51-59.
- Seixas, R. S. (2006). *Comportamentos de Bullying entre pares. Bem estar e ajustamento escolar*. Universidade de Coimbra. (Tese de Doutoramento, não publicada).
- Slonje, R. & Smith, P. S. (2008). Cyberbullying: Another main type of bullying? *Scandinavian Journal of Psychology*, 49, 147-154.

- Smith, P. K., Mahdavi, J., Carvalho, M., Fisher, S., Russell, S., & Tippett, N. (2008). Cyberbullying, its forms and impact on secondary school pupils. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49, 376-385
- Souza, S. (2011). Cyberbullying: *Estudo exploratório sobre as perspectivas acerca do fenómeno e das estratégias de enfrentamento com jovens universitários portugueses*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Steffgen, G. & König, A. (2009). Cyber bullying: The role of traditional bullying and empathy. In B. Sapeo, L. Haddon, E. Mante-Meijer, L. Fortunati, T. Turk & E. Loos (Eds.), *The good, the bad and the challenging*. Conference Proceedings (Vol. II; pp. 1041-1047). Brussels: Cost office.
- Tokunaga, R. S. (2010). Following you home from school: A critical review and synthesis of research on cyberbullying victimization. *Computers in Human Behaviour*, 26, 277-287
- Vandebosch, H. & Cleemput, K. (2009). Cyberbullying among youngsters: Profiles of bullies and victims. *New Media and Society*, 11(8), 1349-1371.
- Ventura, P. (2011). *Incidência e impacto do cyberbullying nos alunos do terceiro ciclo do ensino básico português*. (Tese de Doutoramento não publicada). Granada: Universidade de Granada.
- Viego, C., Rey, R., Maldonado, A., Mora-Merchan, J. (2010). Trabalhar com escolas. In [Jäger](#), Thomas (Ed). *Agir contra o cyberbullying – Manual de Formação*. Landau: Verlag Empirische Padagogik. Capítulo de livro estrangeiro (CLE). Acessível em [http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT\\_howtouse\\_pt.pdf](http://www.cybertraining-project.org/book/pt/CT_howtouse_pt.pdf)
- Willard, N. (2005). *Educator's guide to cyberbullying and cyberthreats*. Center for Safe and Responsible Use of the Internet. (Consultado a 17/8/2009 em <http://www.cyberbully.org/cyberbully/docs/cbcteducator.pdf>).
- Williams, K. R. & Guerra, N.G. (2007). Prevalence and predictors of Internet bullying. *Journal of Adolescent Health*, 41, 14-21
- Wolak, J. D., Janis, M., Kimberly J. & Finkelhor, D. (2007). Does Online Harassment Constitute Bullying? An Exploration of Online Harassment by Known Peers and Online-Only Contacts. *Journal of Adolescent Health*, 41, 51-58
- Ybarra, M. L., Diener-West, M., & Leaf, P. J. (2007). Examining the overlap in internet harassment and school bullying: implications for school intervention. *Journal of Adolescent Health*, 41, 42-50.